

Associação Conquistas da Revolução

Nº 19 | NOVEMBRO 2017

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

EDITORIAL

- 03 | *Terrorismo - uma nova forma de guerra?*
- 04 | *Privatização da Água disfarçada sob o manto da concessão*
- 06 | *A direita fez o mal e incendeia a caramunha.*
- 08 | *Transportes: Não basta travar, é preciso mudar de rumo.*
- 09 | *Assim vai o Mundo...*
- 12 | *A luta dos trabalhadores na Autoeuropa*

PRÓXIMAS INICIATIVAS:

| 6 DEZEMBRO 2017 - 17h30 LISBOA

Casa do Alentejo, Rua das Portas de Stº Antão, nº58, Lisboa.

Assembleia Geral da ACR
Apreçar e deliberar sobre o Plano de Actividades e o Orçamento para 2018. E outros assuntos.

| 14 DEZEMBRO 2017 - 18h SETÚBAL

Museu do Trabalho.

Evocação do General Vasco Gonçalves e do Almirante Rosa Coutinho.

2018

| INÍCIO DE 2018

Publicação do Livro

DIÁRIO DA CONTRA-REVOLUÇÃO

A Revolução de Outubro no futuro

Aí estão, na nossa vida e memória, os acontecimentos da Revolução de Outubro de 1917 e as comemorações que preencheram este ano de 2017, de entrega ao essencial para fortalecermos a nossa confiança na luta e no progresso da humanidade. Podem os cães ladrar e ganhar os trinta dinheiros da praxe, vindos dos países e das organizações contra-revolucionárias, das televisões e dos jornais que lhes pagam para se esforçarem mais e mais, nas vãs tentativas de apagarem o que continuará sempre entre nós - a revolução dos operários e de todos os trabalhadores, das mulheres e dos homens que levantaram bem alto as bandeiras dos sonhos milenares dos explorados e ofendidos.

O que os revolucionários de Outubro de 1917 ganharam e ganhámos todos foi o direito a ter finalmente direitos, a transformar a vida e enfrentar a realidade atrasada, de séculos de pobreza, ignorância e sofrimento para a imensa maioria dos povos que formaram a União Soviética, que na 2ª Grande Guerra venceram a besta nazi/fascista, financiada pelos grandes capitalistas dos EUA e de outras potências imperialistas para atacarem a URSS.

Houve avanços e realizações históricas que serão para sempre património de quem trabalha e anseia a liberdade e a democracia, de quem luta para se libertar da odiosa exploração que aí está, mais refinada e violenta, a destruir direitos e vontade de ir em frente. Construiremos novos caminhos de realização e empenhamento de todos e em especial dos jovens, dos que não têm trabalho, dos que se vêem todos os dias empurrados para a emigração e não querem fazê-lo porque amam o seu país e a sua identidade, porque são e querem continuar a ser generosos e impulsionadores de legítimas ambições e projectos em cada terra, em cada lugar a que pertencem. E essa é a força e a razão revolucionária que ficam na vida dos que comemoram a

Revolução de Outubro, na experiência e no coração dos que amam a liberdade, a democracia e o futuro que querem construir. O resto é o lixo do que não presta, dos que não sabem nada dos sonhos e só procuram a mentira, a corrupção e a venalidade das palavras e dos actos daninhos e destruidores.

A humanidade avança, aprendendo sempre com as derrotas e as vitórias, pelas mãos e inteligência dos que mais sofrem e anseiam um mundo diferente e feliz, numa terra sem amos, na entrega internacionalista que nos dá mais força para continuarmos a lutar.

E é isso que está a acontecer.

Modesto Navarro
Vogal da Direcção da ACR



Associação Conquistas da Revolução

**O vosso contributo financeiro
é indispensável para a actividade
da Associação!**

PAGUE A SUA QUOTA!

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6
ou DEPÓSITO
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
2178 0002 9245 630

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue e site da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

www.conquistasdarevolucao.pt

Manuel Begonha*Presidente da Direcção da ACR*

Terrorismo - uma nova forma de guerra?

Verifica-se que a globalização vem determinando que as sociedades sejam de risco, de incerteza e de imprevisibilidade, o que obriga os estados a reforçarem o vector segurança, atendendo ainda a que parte dos lucros do capital internacional são transferidos para a indústria do armamento, permitindo assim que o terrorismo a este tenha acesso directo ou indirecto, sendo estas movimentações ocultadas pela maioria da comunicação social, orientada para controlar o pensamento social.

Os pobres do futuro poderão ser os principais fornecedores de soldados para as guerras que irão ocorrer entre as máfias internacionais e os terroristas, contra os estados, sendo os campos de batalha os cidadãos onde quer que estejam. Tal implica que o Estado passe a não ser o detentor unilateral da violência. Hoje, não é despiciendo considerar que um ataque armado pode ser cibernético, o que lançaria o caos e minaria a confiança nas comunicações e nos sistemas informáticos do opositor.

Segundo Philippe Engelhard, o combate à pobreza poderá vir a constituir um objectivo estratégico dos estados para

limitar o recrutamento de combatentes transnacionais que os enfraquecem através da violação sistemática dos direitos humanos.

Também para outros teóricos, para além do combate à pobreza, torna-se necessário erradicar sentimentos de frustração, de segregação e de raiva, na população mais jovem, por vezes devido ao desemprego, dos quais poderá resultar a predisposição para se radicalizarem e se tornarem “novos combatentes do estado islâmico”.

As correntes migratórias provenientes da bacia do mediterrâneo poderão vir a ser o principal contributo para solucionar o baixo índice demográfico de alguns países europeus. É contudo necessário ter em atenção que muitos dos que sendo de origem árabe perpretaram actos terroristas em solo europeu, já lá nasceram ou se encontram nele integrados em situação legal. Um dos objectivos do terrorismo é levar o comum dos cidadãos a quanto mais pensar mais medo possa ter.

Contudo deveríamos gastar menos tempo condenando os crimes do terrorismo e pensar mais em criar políticas destinadas a eliminar as razões da sua existência.

Privatização da Água disfarçada sob o manto da concessão

A privatização da água em Portugal foi disfarçada com a utilização recorrente do termo concessão. O universo de concessões ao nível municipal no sector das águas e saneamento básico é constituído por 27 concessões que foram adjudicadas a operadores privados. Este modelo de gestão de concessões de abastecimento de água e saneamento de águas residuais “em baixa” vigora em Portugal há cerca de 20 anos.

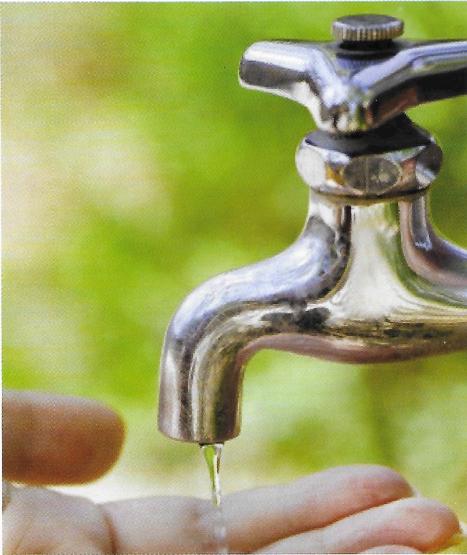
A primeira concessão de sistema municipal, o sistema de Mafra, ocorreu em 1994, sendo esta considerada uma concessão de “primeira geração” já que o investimento a realizar é da responsabilidade do município concedente. O mesmo sucede na concessão da Batalha e na concessão de Alcanena. Já na concessão de Santo Tirso/Trofa, adjudicada em 1998, a execução do investimento encontra-se na esfera de responsabilidade da concessionária apresentando, por isso, característica de um contrato de concessão de 2.^a geração. Em 2011 registou-se a criação de uma nova concessão municipal no Fundão. A Aquafundália substituiu a CM do Fundão na prestação do serviço de abastecimento público de água em baixa.

Os operadores privados, adjudicatários das concessões integram cinco grupos económicos: Aquapor S.A., Compagnie Générale des Eaux (Portugal)-Consultadoria e Engenharia, S.A. [CGEP], que operava em Portugal com a marca Veolia Água Veolia35, Indáqua - Indústria e Gestão de Água, S.A., Aqualia Gestión Integral del Agua, S.A., e AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.

Note-se que nas concessões de águas em Portugal, os grupos económicos geridos por espanhóis, através da Aqualia, S.A., e por chineses³⁶, através da Veolia, S.A., representam cerca de 30% do sector.

Em termos gerais, a concessão a operadores privados do sector das águas assentou no pressuposto da incapacidade financeira de alguns municípios em realizar as infraestruturas necessárias à reestruturação dos sistemas de águas e de saneamento.

Este argumento apenas pretendeu mascarar uma posição ideológica, ou seja, a água não é um bem-público, é uma mercadoria. E a pressa na privatização foi tão grande que 95% dos contractos de concessão de água (sistemas em baixa) existentes não foram objecto de qualquer estudo de viabilidade económico-financeiro por parte



do concedente com objectivo de avaliar o Value for Money do projecto em relação ao modelo de contratação tradicional. Apenas há evidência da realização do referido estudo na concessão de Santa Maria da Feira que data de 1996!

As consequências para o erário público são desastrosas. Senão, vejamos: no âmbito da execução dos planos de investimentos integrados nos contratos de concessão auditados, foram registados os seguintes encargos públicos:

- Figueira da Foz - € 8.698.396,65;
- Ourém - € 1.832.267,64;
- Barcelos - € 5.780.366,00;
- Batalha - € 324.476,03;
- Fundão - € 3.250.000,00;
- Alcanena - € 725.253,61;
- Setúbal - € 19.960.101,71;
- Paços de Ferreira - € 3.838.126,61;
- Santa Maria da Feira - € 43.543.193,11;

- Carrazeda de Ansiães - € 413.913,82;
- Fafe - € 4.987.978,97.

O conjunto das concessões que registaram encargos públicos diretos (58% dos contratos auditados) representou um investimento público global na ordem dos €93.354.074,15. Os contratos de concessão com o maior nível de encargos públicos são os seguintes: Santa Maria da Feira - € 43.543.193,11, Setúbal - € 19.960.101,71, Figueira da Foz - € 8.698.396,65 e Barcelos com € 5.780.366,00. 127.

No entanto, na concessão de Barcelos, os encargos públicos poderão aumentar substancialmente com a execução da decisão do Tribunal Arbitral que condenou a CM de Barcelos a pagar à Águas de Barcelos, de forma faseada até ao termo do contrato, cerca de 172 milhões de euros. Actualmente, a preços de 2015, o valor já ultrapassa os 200 milhões de euros.

No conjunto dos 27 contractos de concessão adjudicados no período de 1994 a 2011 verificou-se que, em 37%, ocorreram prorrogações do prazo inicial que oscilaram entre 5 a 15 anos. Outros tiveram prorrogação de prazo entre 15 a 30 ou 50 anos, ou seja, o que é uma concessão passa a ser definitiva.

O que era público, passa efectivamente a ser privado. Por isso afirmamos que concessão ou privatização é a mesma coisa, de um ponto de vista prático.

Actualmente, dado que o grau de endividamento municipal em relação às concessões assume valores financeiros in comportáveis, cerca de 33% dos contractos de concessão encontram-se em fase de negociação da alteração contratual. Encontram-se nesta situação os contractos de concessão respeitantes a Azambuja, Gondomar, Setúbal, Mafra, Ourém, Vila do Conde, Trancoso, Matosinhos e Valongo.

Em termos gerais justificativos, os municípios concedentes destacaram como factores de risco “elevado” das concessões, susceptíveis de implicarem compensações directas às concessionárias, na sequência de processos de reequilíbrio, as estimativas de procura abaixo do caso base. Tratou-se do caso das entidades concedentes de Azambuja, de Figueira da Foz, de Ourém, de Paredes, de Santa Maria da Feira, de Matosinhos, de Vila do Conde, de Paços de Ferreira, de Marco de Canaveses e de Barcelos, o que representou cerca de 37% das concessões.

Por tudo isto, é necessário remunicipalizar o sector da água, porque a água é um bem público e não uma mercadoria.

Pedro Ventura

Vereador da Câmara Municipal de Sintra

A direita fez o mal e incendeia a caramunha

O país ardeu e foi transformado numa imensa mancha de destroços e cinza e, pior que tudo, morte.

Quais foram os factos que a isto conduziram? O desmantelamento dos serviços do Ministério da Agricultura ocorreu desde 1976, nos concelhos e distritos do país, abandonando os agricultores e populações ao desastre e crescente esvaziamento das aldeias e vilas; a ausência de serviços públicos também noutras áreas, na segurança social, nas escolas, na saúde, com extinção dos hospitais e centros de saúde; a vasta plantação de eucaliptos que desde cedo ocorreu por todo o país; a falta de um programa de cadastro nacional das terras; os cortes financeiros no apoio à agricultura; o benefício e a cumplicidade para com os grandes especuladores no negócio das madeiras; o desmantelamento da estrutura de guardas florestais; o ataque aos baldios e roubo de terras em cada comunidade, fragilizando a ligação entre as pessoas; a destruição de 1 100 freguesias no país, entre outros factores decorrentes das políticas dos vários governos do PS, do

PSD e do CDS, foram determinantes para a ocorrência de acontecimentos graves ao longo de dezenas de anos, de incêndios, mortes e prejuízos cada vez mais elevados na vida das populações e do país.



O que aconteceu este ano não se aproxima em certos aspectos do que aconteceu no “Verão quente” de 1975? Interrogam-se uns e com razão, porque ninguém duvida que tão terrível tragédia não deveria ter acontecido hoje, como não devia ter acontecido outrora e muitos, entre os quais nos incluímos, acreditam que entre os dois acontecimentos o que importa realçar é que este seria certamente evitado se aquele não tivesse existido e os dois têm certamente motivações semelhantes. Porque:

- A agricultura não teria sido abandonada e desprezada, muito pelo contrário, a Reforma Agrária haveria de ter prosseguido valorizando as actividades de trabalho da terra e o ordenamento do território em função dos interesses da comunidade, de forma planeada e participada por todos;
- A concentração dos grandes grupos de interesses económicos ligados à floresta não teria tido lugar, como não teria tido lugar a desnacionalização de muitas das empresas, algumas delas determinantes para a reforma que se impunha e impõe;
- Os sistemas de prevenção e combate a catástrofes nunca teriam sido entregues à gula de privados e muito menos a estrangeiros;
- Em suma, o interesse colectivo nunca teria sido subjugado ao interesse mesquinho, arrogante, amoral e mesmo criminoso de uns tantos, os grandes beneficiários da destruição de algumas das mais importantes Conquistas da nossa Revolução que ontem,

como hoje, não hesitarão nos meios para atingir os seus fins.

Que ninguém se iluda. As condições climáticas foram adversas, muitos foram os fogos iniciados por acidente, mas, ao que tudo indica, muitos outros foram planeados e executados em simultâneo, com objectivos criminosos precisos - não deixando às forças de combate hipóteses de actuação atempada em todas as frentes-provocando assim um inferno de destruição e morte. É também verdade que, em todo o processo de reacção à catástrofe, se cometeram alguns erros e com esses temos que aprender para melhor agirmos na defesa da nossa terra, mas só por estultícia se deve minimizar, muito menos ignorar, a vertente criminosa organizada com diversas motivações. É sempre melhor prevenir e... no caso não haverá o que remediar.

Neste contexto, a Associação Conquistas da Revolução, na sua reunião de 2 de Novembro de 2017, decidiu expressar:

1. A sua profunda consternação pela perda de vidas nesta catástrofe;
2. Os pêsames e sentimentos de solidariedade a todos os familiares e amigos das vítimas;
3. O seu reconhecimento pelo abnegado e corajoso trabalho dos bombeiros e de outros profissionais da protecção civil realizado em condições atmosféricas manifestamente difíceis e profundamente adversas à missão de combate a incêndios.

Transportes

Não basta travar, é preciso mudar de rumo

A actuação do Governo PSD/CDS nos transportes públicos foi tão má, tão desestabilizadora, tão reaccionária, tão penalizadora das populações, que bastaria ao Governo do PS fazer nada para brilhar durante uns tempos. E ao princípio o Governo fez mais que nada: ajudou a travar a privatização dos STCP, da Carris, do Metro, da Soflusa e da Transtejo, poupando centenas de milhões ao erário público; retirou a caducidade da contratação colectiva nestas empresas acabando por assinar contratos colectivos que renovaram o quadro de direitos laborais; declarou os transportes públicos uma prioridade, prometendo reverter o processo de redução da oferta e aumento dos custos para os utentes, prometendo a contratação de novos trabalhadores e grandes investimentos; contribuiu para acabar com o vergonhoso roubo dos complementos de reforma.

Por essa entrada em palco, recebeu uma ovação que o tempo se encarregou de demonstrar não ser merecida. Porque depressa se percebeu que entrou empurrado por uma justa dinâmica de luta

que lhe impôs um conjunto de medidas positivas, mas que passado esse impulso, rapidamente vieram ao de cima os velhos compromissos, e o Governo sentou-se no meio do palco, sem atacar os problemas estruturais dos transportes públicos, sem inverter o processo de mercantilização e liberalização, sem muito mais que uma cuidada gestão da propaganda.

Um péssimo exemplo é o Metropolitano, onde regularmente o Governo anuncia a entrada de maquinistas, e onde ainda nenhum desses maquinista começou a exercer funções, e onde não foram contratados os trabalhadores necessários para a manutenção de infraestrutura e do material circulante, nem os trabalhadores necessários para que as estações deixem de estar desguarnecidas. E como sem trabalhadores as empresas não funcionam, o Metropolitano vai parando, e vai infernizando a vida dos seus utentes. E o mesmo governo que impõe as opções que paralizam o Metropolitano vai anunciando novas expansões de rede tentando ocultar a realidade por detrás de um manto de promessas e expectativas.



Ora isto acontece porque o Governo não quer romper com a política de direita que há 42 anos é imposta ao país. E não estamos perante um problema de falta de dinheiro, mas sim perante o prosseguir de opções erradas. Por exemplo: o Orçamento de Estado para 2018 não traz as verbas suficientes para contratar os trabalhadores em falta no Metro, mas traz 392 milhões para pagar ao Santander uma aposta sobre o valor futuro da taxa de juro (swap), aposta que um Administrador do Metro perdeu há uns bons anos e que nós todos somos chamados agora a pagar! Ora 392 milhões dava para contratar mais 130 trabalhadores para o Metro durante 100 anos! Da mesma forma, o Governo recusou reverter o escandaloso aumento de preços imposto pelo

Governo PSD/PP, argumentando que o país precisava dessas receitas. Mas depois o mesmo país entrega QUATRO anos de receitas do Metro (cerca de 100 milhões por ano) para pagar a UM banco um absoluto nada, uma aposta especulativa, um roubo.

Este Governo tem a enorme virtude de não ser o Governo que o antecedeu. Mas recusa-se a ser um Governo de ruptura. Aliás, mais do que recusar-se a ser, ele simplesmente não é.

E também nos transportes a ruptura é essencial. Porque não basta parar de aumentar os preços, é preciso reduzi-los significativamente, alargando receitas pela entrada de novos utentes e não pelo esbulho dos actuais. Porque não basta parar os despedimentos, é preciso recompor os quadros de pessoal. Porque não basta acabar com a redução de oferta, é preciso alargá-la. Porque é preciso investir em vez de prometer investimento. Porque não basta dizer que o transporte público é uma prioridade, é preciso que o seja de facto.



Manuel Gouveia
Associado da ACR

Assim vai o Mundo...

A tensão na península da Coreia não deixa de agravar-se. Deixando de lado as hilariantes construções dos meios de comunicação social - tão claramente evidenciada nos artigos publicados em torno da batalha de palavras entre os líderes em confronto - e deixando de lado também o ridículo facciosismo que vê inconcebíveis ameaças da Coreia do Norte enquanto os EUA cumprem pacíficas manobras militares conjuntas, com a Coreia do Sul e o Japão (simulando ataques “defensivos” a alvos na Coreia do Norte), fixemo-nos nos factos e na realidade:

- A Península da Coreia encontra-se dividida, desde o final da II grande Guerra, na sequência da derrota e expulsão dos japoneses que a ocupavam desde 1910 (I Guerra Mundial);
- As duas partes, o sul ocupado pelas tropas norte-americanas e o Norte, ocupado pelas tropas soviéticas, declararam a independência em 1948;
- Em 1950, estalou um conflito entre o Norte e o Sul tendo os EUA, sob a bandeira da ONU, desencadeado um tremenda ofensiva militar contra a Coreia do Norte que haveria de saldarse por mais de 5 milhões de mortos e uma imensa destruição;

- Desde 1953 que se encontra em vigor o armistício mas os EUA nunca retiraram da Coreia do Sul, onde mantêm, ainda hoje, um efectivo militar da ordem dos 40.000 homens;
- Até hoje não foi possível a assinatura do tratado de paz, mantendo-se assim o estado de guerra, com altos e baixos na tensão entre as duas partes separadas pelo paralelo 38, com avanços e recuos nos esforços conjuntos com vista à reunificação, que a persistente e avassaladora presença militar estrangeira de todo não facilita;
- Mais recentemente, em 2002, Jorge Bush incluiu a Coreia do Norte, ao lado do Iraque e do Irão, na sua identificação do “eixo do mal”;
- Em 2003 a Coreia do Norte decide-se pelo desenvolvimento da sua capacidade nuclear para fins militares, que hoje manifestamente possui, como também se afirma com capacidade para a utilização de mísseis balísticos de longo alcance;
- Os EUA têm entretanto vindo a aumentar a sua presença militar no Pacífico e no território da Coreia do Sul onde procedem à instalação dum sistema anti-míssil;
- A comunicação social dominante sempre pronta a ver atitudes belicistas na Coreia do Norte, omite sistematicamente o facto de a Coreia do Sul ser actualmente a 10ª potência militar mundial, como omite também o facto de esta, ao contrário daquela, nada ter feito no passado a favor da desnuclearização da península. Ninguém, com os pés assentes na Terra, deixará de condenar a proliferação



nuclear porque ninguém duvida dos riscos inerentes para a própria existência da vida no planeta e daí o resultado das decisões do Conselho de Segurança da ONU de agravamento das sanções à Coreia do Norte. Mas também já ninguém duvida que os esforços para a não proliferação estão condenados ao fracasso se as potências nucleares continuarem, como continuam, a aumentar e refinar os seus arsenais. Como também ninguém duvida que, se tiverem a mínima oportunidade, os EUA esmagarão aquele país com o mesmo à vontade com que o fizeram no Iraque e na Líbia, com ou sem as cumplicidades habituais.

O grande problema agora é que a parada parece estar a subir para o nível máximo, obrigando a avaliar bem os riscos numa confrontação nuclear que, pelas suas próprias características e localização (nas fronteiras da China e da Rússia), dificilmente não será generalizada. O jogo tem mesmo que parar aqui, ninguém vai mesmo querer ir a jogo. Só assim haverá FUTURO.

Fica-nos também a certeza que o futuro da Humanidade tem que passar a jogar-se num novo tabuleiro, aberto e sem cartas marcadas, que o mesmo é dizer: Uma nova organização da ONU capaz de promover o “desarmamento geral, simultâneo e

controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.”, como preconizado na Constituição da República Portuguesa, nascida da Revolução de Abril. No imediato, impõe-se esperar:

- A paz e a justiça que tarda a chegar à Palestina, criminosamente transformada numa prisão e campo de extermínio do seu povo pela força militar sionista que os EUA alimentam, com a conivência de aliados europeus;
- O fim do criminoso bloqueio a Cuba, decretado pelos EUA, com o único objectivo de punir um povo que não desiste de ser dono do seu destino;
- O fim da ingerência na Síria, com retirada de todas as tropas estrangeiras;
- A libertação do Saara Ocidental do jugo do reino de Marrocos;
- Em suma, o reconhecimento no concreto e sem ambiguidades do direito de todos os povos a viverem em paz e segundo os seus próprios valores nacionais, sem submissões nem ingerências de qualquer natureza.

José Baptista Alves

Vice-Presidente da Direcção da ACR

A luta dos trabalhadores na Autoeuropa



Enquanto decorreram os quatro meses de validade, passe o termo, da nossa última Folha Informativa (Agosto/Novembro), no quadro geral da luta dos trabalhadores portugueses o que aconteceu na Autoeuropa (Palmela/Setúbal) é de relevância maior.

Antes de tudo, porque não deixou de ter significativo acompanhamento na comunicação social nacional – sublinhe-se: nacional, escrita, radiofónica e televisiva.

Assinalemos um referendo em Julho convocado pela Comissão de Trabalhadores na base de um pré-acordo com a Administração que garantia a obrigatoriedade do trabalho ao sábado não considerado como extraordinário, e a greve inédita, histórica, mesmo espantosa, a 30 de Agosto, dando sequência à demissão do mesmo órgão. E não passemos em claro as declarações de um notável dirigente da UGT de há anos, nesse mesmo dia, segundo o qual, pela via de uma “jogada política clássica, a partir de agora o PC tomou as rédeas da empresa” (*Jornal de Negócios*, às 10h22). Como se não soubesse, mais que não fosse, que estava em causa o artigo 59º da nossa Constituição que garante a todos os traba-

lhadores “a organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar”.

A eleição para a nova CT, a 3 de Outubro, contou com seis listas concorrentes.

A da UGT não logrou eleger qualquer representante, a herdeira de um ex-coordenador ganhador de notoriedade por saber aliar a cumplicidade com o patronato com trejeitos de esquerda também não. Das restantes quatro destacou-se a lista C, unitária, duplicando votos na razão directa do reconhecimento dos trabalhadores pela sua coerente conduta no mandato anterior (*Avante!* de 12 de Outubro) e sem dúvida a que mais procurará e contribuirá para a manutenção da unidade entre os milhares de trabalhadores.

Prossegue o tempo duro das negociações, também por melhores salários e mais direitos, como a CGTP-IN reclama, liderando a acção de massas. Foram eles que deram vários avisos, a Administração foi a que se fez de orelhas moucas (*O Faísca* de Agosto). Agora mesmo já teriam perdido, não fora a luta que escolheram travar.

Valdemar Santos
Vogal da Direcção da ACR



Associação Conquistas da Revolução

Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro Design: Ana Neves

E-mail: conquistasdarevolucao@gmail.com
www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

www.conquistasdarevolucao.pt DEPÓSITO LEGAL 360191/13